

A DÉCADA DE OITENTA NO BRASIL: INGERÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NO ESTADO DA PARAÍBA

Aldeci Luiz de OLIVEIRA¹ – PMCG

RESUMO

O presente trabalho originou-se de uma pesquisa recente realizada para o mestrado interdisciplinar em Ciências da Sociedade da UEPB. Este trabalho reconstituiu a implantação do PRODASEC/Urbano em Campina Grande – Paraíba (1981 – 1983), um programa financiado pelo Banco Mundial, na década de oitenta. Naquela conjuntura, vivia-se no Brasil a crise do milagre e o crescente aumento de movimentos urbanos. A constatação de problemas na gerência do Programa e da escola, sobretudo, a manutenção da escola, após o encerramento do Programa, gerou inquietações e nos impulsionou à realização desta pesquisa. Como problema de investigação, elegemos a relação entre democracia educacional e democracia social. Definimos como objetivos: analisar relações de poder e formas de participação vigentes nas organizações do trabalho e do currículo. Para o trato metodológico, caracterizamos a pesquisa como estudo de caso, situando-o no tempo histórico da instituição. Entre outros resultados, destacamos: a transferência de procedimentos autoritários vigentes na gestão social e educacional para a instituição escolar; relações hierárquicas de poder.

Palavras-Chave: Democracia, Movimentos urbanos, Participação.

A década de 80, no Brasil, caracterizou-se pela “crise do milagre” e pelo crescente aumento de movimentos urbanos. O Estado de exceção, implantado na década de sessenta (1964) como sustentáculo do modelo econômico orientado para a “internacionalização do mercado”, não conseguiu conter os problemas sociais. À medida que o discurso oficial “fazer o bolo crescer para depois dividir” não coincidia com a realidade, na qual se confirmava o aumento da concentração de renda, do desemprego e da inflação, a repressão não foi suficiente para conter as diferentes formas de organização e de manifestação dos trabalhadores urbanos. Para Kowarick (1985, p. 44), predominava, entre os dominantes, o entendimento que “a exclusão social era o preço de um progresso que se realizava de forma rápida e, com o tempo, os grupos sociais aliados seriam paulatinamente incorporados aos benefícios que estavam sendo gerados”.

Os interesses econômicos atrelados ao processo de acumulação do capital sobre os interesses sociais, relacionados aos níveis básicos de vida das camadas trabalhadoras,

¹ Professora da PMCG-PB. Mestre em Ciências da Sociedade. Dissertação defendida em outubro de 2007, intitulada “A (RE)-Significação do Discurso Democrático no Espaço Escolar” sob a orientação da professora Dr^a. Arlete Pereira Moura.

prevaleceram na medida em que os movimentos reivindicatórios não passaram pela mediação de partidos políticos, enraizados nos interesses das classes trabalhadoras. Segundo Kowarick (1985, p. 47) “na medida em que não houver uma articulação entre o ‘político’ (partidos) e o ‘social’ (reivindicações do trabalho e das periferias urbanas) os interesses dominantes continuarão a se impor de forma a realizar uma ordem capitalista não só excludente, mas marcadamente dilapidadora”.

Os movimentos urbanos, originários de duas vertentes, envolviam os operários, sobretudo do setor industrial, e os trabalhadores sem registro formal de emprego. A indústria, por sua vez, não se instala mais necessariamente onde há mão-de-obra farta. Segundo Guéhenno (1994, p. 22-23) “os homens vão para onde a riqueza se cria: as migrações da pobreza, num mundo onde as pessoas não são mais arraigadas à terra, [...] estão em vias de se tornar um elemento fundamental na economia e na política”. Isso significa que “um pedaço de terra tem valor menos pelo que produz, do que pelos homens que se instalam nela”.

Na década de 80, o movimento migratório se intensifica tanto do norte-nordeste para o eixo centro-sul, como do campo para as periferias urbanas. No Nordeste, o fator migratório se devia, sobretudo, à expulsão dos trabalhadores do campo e ao prolongado período de estiagem, que assolara a região (1978-1983). Naquele período, a população urbana do Brasil supera a rural. Com as periferias dos grandes centros inchadas e com o aumento do desemprego crescem os problemas urbanos e, com eles, novas formas de organização social.

A década de 80 assistiu, ainda, à crise do “socialismo real”, oportunidade em que a economia norte-americana se expandia sob novas condições, “incorporando um conjunto de inovações relacionadas às tecnologias da informação” (CAMINI, 2001, p. 16). Em decorrência, ampliam-se os blocos econômicos com a consolidação do NAFTA (acordo econômico entre EUA, Canadá e México), a União Européia e o MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

A globalização econômica, por sua vez, força a “desregulamentação das legislações nacionais, visando o livre fluxo de mercadorias, serviços e moedas, permitindo maior flexibilidade aos investidores privados” (CAMINI, 2001, p. 17). Esse processo concorre para a criação de “um grande mercado de ações e de especulações nas bolsas de valores de todo o mundo” (CAMINI, 2001, p.17). A maior crítica que esse modelo recebe é que não favorece a distribuição de riquezas. A globalização enriquece os que já são ricos numa velocidade maior que a melhora de vida dos pobres, que, ainda, têm de enfrentar o desemprego estrutural. Segundo Benjamim (apud CAMINI, 2001, p.17), “Junto com a globalização do grande

capital, ocorre à fragmentação do mundo do trabalho, a exclusão de grupos humanos, [...] a concentração da riqueza em certas empresas e países, a fragilização da maioria dos Estados”.

A nova ordem econômica, além dos conglomerados de produção, passa a ser regulada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), cujas implicações políticas incidem nas sociedades atuais.

A configuração da identidade política dessas sociedades traz à tona questões fundamentais sobre a própria idéia de democracia, a partir dos parâmetros impostos pelas organizações internacionais, configuradores do receituário neoliberal. As políticas setoriais que seguem a receita neoliberal são determinadas por agências do capital internacional e assemelhados. São os famosos “ajustes” na economia, no mercado de trabalho, na educação, na saúde e noutros setores.

O Banco Mundial² (BM), criado em 1944, assumiu um papel determinante no processo de “reconstrução” da economia mundial (1944-1979), com o objetivo de financiar projetos de infra-estrutura, principalmente nos países europeus (TORRES, 2003, p. 128). Atualmente, essa agência financeira vem desempenhando um papel “estratégico no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, através das políticas de ajuste estrutural” (SOARES, 2003, p. 15).

Até a década de 60, embora não privilegiasse a educação, os projetos que o BIRD financiava para os países periféricos “se pautavam pelas metas de crescimento econômico” (FONSECA, 2003, p. 23). “Os empréstimos concedidos destinavam-se, prioritariamente, à estrutura física (construções) e à educação de 2.º grau, especialmente, técnica e vocacional” (FONSECA, 2003, p. 127).

A partir de 1968, com a gestão Robert McNamara, (SOARES, 2003, p. 19) “desfazia-se a crença de que a pobreza desapareceria como consequência inexorável do crescimento econômico”, o qual por sua vez, passou a ser considerado “condição, mas não suficiente, para garantir a distribuição da riqueza”. A administração McNamara teve uma

preocupação expressiva com a pobreza. Contudo, apesar do crescimento econômico mundial durante duas décadas, a pobreza se mantinha, além

² O Banco Mundial é composto atualmente por um “conjunto de instituições lideradas pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange quatro outras agências, a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), a IFC (Corporação Financeira Internacional), a ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos) e a MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais)” (SOARES, 2003, p. 16). Em 1992, o Banco Mundial “assumiu a administração do GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente), aprovado pelo ECO 92 como principal fundo para gerenciamento do meio ambiente” (SOARES, 2003, p. 16).

disso, com o alargamento do *gap* entre países ricos e pobres, crescia a desilusão acerca dos rumos do desenvolvimento, contribuindo para uma nova distribuição setorial de empréstimos do Banco, dando ênfase à agricultura e ao setor social, em detrimento da infra-estrutura (SOARES, 2003, p.19).

Na época, como “os projetos políticos estavam diretamente relacionados ao projeto econômico, da mesma forma que o setor agrícola, a escola de 1.º grau passou a ser considerada alicerce para a estratégia de reduzir a pobreza” (TORRES, 2003, p. 128).

Os financiamentos para o ensino de 1.º grau decorriam do enfoque político do Banco, articulado em torno de duas tendências, que direcionavam a concessão de créditos: a primeira buscava integrar os objetivos dos projetos educacionais à política de desenvolvimento do Banco para a comunidade internacional, e a segunda atribuía à educação um caráter compensatório de alívio à pobreza no Terceiro Mundo, sobretudo em períodos de ajustamento econômico (FONSECA, 2003, p. 232).

Na década de 70, o BM iniciou o processo de financiamento de projetos educacionais no Nordeste, mediante programas destinados à problemática regional, em consonância com a política de (des) centralização assumida por aquela entidade financeira. A ação do BIRD se desenvolvia na área educacional. O Promunicípio (1974-1978) foi o primeiro projeto financiado; caracterizava-se como de assistência ao ensino municipal e tinha como objetivo “organizar o sistema educacional” (ROSAR, 1977, p.115). A sociedade local foi praticamente anulada, pois a sua participação se restringia à execução de “ações pré-determinadas por um centro externo de poder” (FONSECA, 2007, p.18). Além do PROMUNICÍPIO, o Banco Mundial financiou outros projetos, tais como: POLONORDESTE (1978-1986), EDURURAL (1981-1983), PRONASEC e PRODASEC/ Urbano (1980-1983). Esses projetos, além de funcionarem como mecanismos de controle das tensões urbanas, contribuíam para aumentar a crise do campo e, conseqüentemente, para a marginalização nordestina.

O Banco Mundial e o PRODASEC/ Urbano no Estado da Paraíba

A reestruturação administrativa realizada pelo Banco Mundial articulava a política da agência ao projeto de realização social. Na área educacional, os projetos priorizaram o ensino primário, enfatizando a sustentabilidade mundial, tanto na perspectiva de controle

demográfico quanto de melhoria da situação econômica familiar. Fonseca (2007, p. 13) comenta que as preocupações daquela agência com a questão feminina incidiam no controle da natalidade e na “necessidade de preparar a mulher para a inserção no mundo produtivo”.

No período de 1980 a 1995, dos projetos financiados pelo Banco para a área educacional no Brasil, três deles se destinavam à “melhoria e ao acesso ao ensino primário” (FONSECA, 2007, p. 14). Dando seqüência à política de controle demográfico, os municípios selecionados para a implementação desses projetos eram aqueles “cujo crescimento populacional ultrapassava o limite de 4% ao ano”.

A política de organização do espaço social, conduzida pelo Banco Mundial, para a primeira metade da década de 80, enfatizava a educação inicial em áreas de concentração de pobreza, de preferência em periferias de grandes centros urbanos e em zonas rurais. Segundo Fonseca (2007, p. 13), o financiamento de projetos sociais se tornou priorizado “enquanto medida compensatória para ‘proteger os pobres’ contra as pressões do ajuste, ou seja, para aliviar as possíveis tensões decorrentes da contenção de despesas públicas na área social”.

Naquela época, os grandes centros urbanos do Estado da Paraíba, principalmente João Pessoa e Campina Grande, vivenciam, também, problemas sociais decorrentes dos processos migratórios.

Em 1981, as cidades de João Pessoa (capital) e Campina Grande foram priorizadas como locus de implantação do Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para populações carentes do meio urbano (PRODASEC /Urbano), abrangendo cinco comunidades: quatro em João Pessoa (Alto do Mateus, Baixo Roger, Ilha do Bispo e Favela do Grotão) e uma em Campina Grande (Monte Santo).

Na área educacional, os projetos priorizaram o ensino primário, enfatizando a sustentabilidade mundial, tanto na perspectiva de controle demográfico, quanto de melhoria da situação econômica familiar. Os programas especiais PRONASEC e PRODASEC /Urbano se destinavam ao atendimento de populações carentes do meio rural e de periferias urbanas, respectivamente, na linha educação-produção.

Naquela conjuntura, a cidade de Campina Grande, de pacato centro comercial da Paraíba, foi convivendo com o aumento de conflitos urbanos nas periferias inchadas, embora o município³ fosse considerado um dos principais pólos de crescimento econômico do interior do Nordeste⁴.

³Campina Grande exerce polarização direta sobre o chamado Compartimento da Borborema, abrangendo cinco micro-regiões, totalizando 57 municípios, numa área de 23.804 km², ou seja, 42,2 % do território paraibano e

Atualmente, a cidade de Campina Grande sedia a Federação das Indústrias do Estado, possui duas universidades públicas, três IES privadas, escolas técnicas e alguns centros de pesquisa, como o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia de Recursos Minerais (CRM) (SEC-PMCG, 1981, p. 9).

A economia campinense está baseada, principalmente, na agropecuária, com a criação de suínos, caprinos, bovinos e muares, destacando-se, no setor da agricultura, o cultivo do milho, mandioca, sisal e algodão; bem como na prestação de serviços, comércio, indústria (SEC-PMCG, 1981, p. 9).

As atrações turísticas da cidade campinense não se ligam, apenas, às belezas naturais de suas serras e do seu agradável clima beneficiado pela altitude, mas também, ao aspecto sócio-cultural. Campina Grande tem se destacado pelas multifacetadas formas de expressão artística, salientando-se a realização do Festival de Inverno, com duração de 30 dias ininterruptos; O Maior São João do Mundo, com a mesma duração; a Micarande; o Congresso de Violeiros; Vaquejadas; Encontro para a Nova Consciência, que muito têm contribuído para o desenvolvimento e a divulgação da cultura paraibana (RODRIGUEZ, 1993, p. 80).

Campina Grande, também, tem graves problemas sociais e elevados índices de pobreza, além de um grande número de desempregados e de trabalhadores do setor informal. Sem dúvidas, a pobreza e a marginalidade social se concentram, principalmente, nas regiões periféricas da cidade. Segundo dados do IBGE (2000), a cidade de Campina Grande possui 49 (quarenta e nove) bairros.

O Monte Santo, o bairro onde se localiza a escola objeto desta pesquisa, é um dos bairros periféricos, com configuração diferenciada, concentra altos índices de desemprego e

897.513 habitantes que correspondem a 32,4 % da população da Paraíba, onde exerce grande influência sobre as demais regiões deste Estado (SEC-PMCG, 1981, p. 4). Os limites administrativos intermunicipais são: ao norte, Pocinhos, Puxinanã e Lagoa Seca; ao leste, Massaranduba e Fagundes; ao sul, Queimadas e Boqueirão e ao oeste, Cabaceiras, São João do Cariri, Gurjão e Soledade (SEC-PMCG, 1981, p. 4).

⁴Segundo os dados preliminares (IBGE, Censo 2000), o Município de Campina Grande tem uma população de 354.061 habitantes dos quais 336.228 na zona urbana e, 17.843 na rural, com taxa de crescimento anual de 2,38 %. Situada nas escarpas orientais da Serra da Borborema a 7°15'18 "de latitude sul e 35°52'36" de longitude (W.GR), 550 metros de altitude, tem o clima semi-árido da caatinga suavizado por temperatura média mais constante de 18/20°, máxima de 28° à sombra livre e mínima de 12°, umidade relativa do ar média de 72,0 % e pluviosidade de 818 mm /ano.

de problemas sociais. Ocupa uma extensa área, situando-se ao noroeste da cidade em uma das elevações da Serra da Borborema e propicia uma visão panorâmica de parte da área urbana, inclusive, o açude de Bodocongó (RELATÓRIO – PRODASEC /URBANO, 1981, p. 49). O nome do bairro resulta do fato de encontrar-se o “Campo Santo” (Cemitério), no topo do monte.

No que diz respeito à composição urbana, observa-se bastante variação. Existem ruas dotadas de infra-estrutura beneficiadas com o Sistema Viário, pavimentação asfáltica, em decorrência do Programa CURA, financiado pelo BIRD/CNDU (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Nessas ruas residem famílias de classes mais favorecidas. Contrastando, existem becos e vielas, que se entremeiam, formando um aglomerado populacional miscigenado, com problemas sociais de difícil solução. (RELATÓRIO – PRODASEC /URBANO, 1981, p. 49).

Àquela época (1980), o Monte Santo contava com uma população de 6.000 habitantes, com maiores índices de carência. Provavelmente, por influência dessas características, o bairro foi selecionado para a implantação PRODASEC /Urbano.

A mobilização para a implantação do Programa envolveu setores da administração pública do Estado da Paraíba, estruturados através de uma Equipe Central composta por cinco membros da Secretaria Estadual de Educação. Segundo Paro (2001, p.13-14), “a atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas, para atender a necessidades e interesses de pessoas e grupos”. O autor faz referência à importância de “ir além das aparências e buscar as verdadeiras causas dos problemas e dos condicionantes econômicos e sociais”.

Tendo em vista o caráter imediato da execução do programa no Estado, foram traçadas as metas para o desenvolvimento dos projetos em três grandes linhas de ação: Educacional, Sócio-Cultural e Educação-Produção, cujos objetivos explícitos eram: melhoria dos serviços educacionais, através da participação social e a inter-relação escola-comunidade, visando contribuir para melhorar os níveis de emprego e renda das populações carentes.

Para garantir o prosseguimento das ações previstas, a Secretaria de Educação desenvolveu uma ação integrada, através do Conselho Consultivo do PRODASEC /Urbano, constituído pelos seguintes órgãos: Secretaria de Saúde do Estado – SSE; Companhia de Água e Esgoto da Paraíba – CAGEPA; Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA; Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais – SETRASS; Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL; Organização de Cooperativas da Paraíba – OCPB; Companhia Estadual de Habitação da Paraíba – CEHAP; Legião Brasileira de Assistência – LBA;

Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP e Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG (RELATÓRIO- PRODASEC /URBANO, 1981/1, p. 8).

Em Campina Grande, o Programa foi iniciado mediante um levantamento sócio-econômico e cultural de algumas comunidades caracterizadas como carentes. Os critérios utilizados para a seleção das áreas-alvo se basearam em: níveis de baixa renda familiar, alto índice populacional, organização de grupos existentes no bairro e infra-estrutura mínima.

Por conseguinte, foram detectados vários problemas de caráter emergencial, tais como: desemprego, insuficiente atendimento à criança pré-escolar, mão de obra desqualificada, alto índice de mortalidade infantil, currículos escolares incompatíveis com as necessidades das populações. Para que houvesse o envolvimento comunitário nessas áreas, foram selecionadas equipes locais, formadas por um Coordenador e dois Técnicos que se instalaram nos bairros trabalhados, participando ativamente na vida dessas comunidades. À época, acreditava-se, conforme comenta Dalmás (2000, p. 53-54), na importância de haver alguém, pessoa ou equipe, que coordenasse o processo de construção com os devidos conhecimentos metodológicos, espírito questionador, com possibilidade de decisões políticas na implantação da dinâmica participativa transformadora.

Como as metas previstas do PRODASEC /Urbano se orientavam para a organização do espaço urbano, havia uma ingerência explícita nas atividades dos habitantes do bairro, oferecendo-lhes incentivos e apoio. Através da Sociedade Amigos de Bairro (SABs), as ações do Programa se fortaleciam, com a perspectiva de criação de condições concretas de trabalho e de envolvimento dos comunitários, de forma efetiva e abrangente, em todas as realizações previstas. A população ia sendo arregimentada por meio de canais permanentes de escuta, atenção, reconhecimento dos graves e agudos problemas reais vivenciados no espaço social da comunidade (RELATÓRIO - PRODASEC /URBANO, 1981, p. 7).

A dinâmica do Programa se centrava, pois, nas Associações de Moradores. Segundo Moisés (1985, p. 27), as Sociedades Amigos de Bairros e outras associações populares são movimentos sociais urbanos, que emergiram em decorrência das “transformações econômicas, sociais e políticas”. Tais movimentos foram organizados pelos migrantes internos em torno das reivindicações essenciais à sua sobrevivência nos centros urbanos e, através deles, reivindicam do ‘Poder Público’ a solução de seus problemas, como direitos e não como concessões ou dádivas.

Por oportuno, é importante lembrar que as associações populares, incluindo as SABs, foram marcadas por momentos históricos, nos quais a participação popular se tornou crescente, sobretudo, nas conjunturas políticas de abertura, como o caso do pós-guerra (1945

e 1964), no período de transição entre o golpe militar de 1964 e de 1968 (1967-1968) (MOISÉS, 1985, p. 27). Por outro lado, o autor lembra, também, a importância de ter-se em conta, na “análise dos movimentos sociais [...] de certas conjunturas específicas, os pressupostos e os objetivos sociais, que estão latentes em sua própria ocorrência”.

A conjuntura das SABs, na década de 80, era aquela de crise do milagre, de problemas urbanos, de reorganização do Estado e da sociedade civil. Sem dúvidas, a expansão da educação pública para as massas se colocava como uma das reivindicações prioritárias da época. No entanto, como viabilizar a participação social, se o Estado tinha a sua ação institucional monitorada por organizações multilaterais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMINI, Lúcia e outros. **Educação Pública de Qualidade Social: conquistas e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Censo Demográfico da Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, acompanhamento e avaliação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMASI, Livia de, et al. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2003.

_____. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro**. Revista da Faculdade de Educação. vol. 24, n.º 1. São Paulo: Jan./ Jun., 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000100004&script=sci_arttext-102K- Consulta em: 14/04/2007.

GUÉHENNO, Jean-Marie. **O Fim da Democracia: Um Ensaio Profundo e Visionário sobre o Próximo Milênio**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

KOWARICK, Lúcio. O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana. In: VALLADARES, Lícia do Prado et al. **Cidade, Povo e Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais. In: KOWARICK, Lúcio et al. **Cidade, Povo e Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2001.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Cartilha Paraibana**. João Pessoa: Grafset, 1993.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. A municipalização como estratégia de descentralização e desconstrução do sistema educacional brasileiro. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1977.

SEC. **Educação Municipal em Campina Grande**. Campina Grande: 1981.

_____. **Relatório de Atividades: PRODASEC /Urbano**. João Pessoa: 1981/1.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial, políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia De et al (orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de, et al (orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.